

# MANIFESTO CONTRA O TRABALHO, INTRODUÇÃO A UMA CRÍTICA ONTOLÓGICO-POLÍTICA

(MANIFEST AGAINST THE WORK, INTRODUCCION THE A ONTOLOGICAL-POLITIC CRITIQUE)

FREDERICO COSTA<sup>1</sup>

## RESUMO

*Este trabalho tem por objetivo apresentar uma reflexão sobre as questões levantadas pelo Grupo Krisis a respeito da categoria ontológica de trabalho.*

**Palavras-chave:** trabalho, capitalismo, ser social, política

## ABSTRACT

*This work aims to show a reflexion about the questions rising for the Krisis Group about the ontological category of work.*

**Keywords:** work, capitalism, social being, politic.

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho centra-se numa leitura crítica, com base no materialismo dialético-histórico, das teses fundamentais do *Manifesto contra o trabalho*, publicado na Alemanha em 1999 pelo Grupo Krisis, que possui como principal destaque o pensador Robert Kurz<sup>2</sup>.

Nas últimas décadas, o mundo vem passando por profundas transformações. As políticas de privatização econômica e destruição de conquistas sociais implementadas a partir da década de 70, de maneira desigual, na Europa, Estados Unidos e América Latina; o processo de restauração capitalista nos Estados operários burocratizados<sup>3</sup>; as modificações no processo produtivo com vistas à recuperação do crescimento das taxas de lucro e o avanço das ideologias de eternidade da sociabilidade baseada no capital, colocaram em destaque o debate em torno da centralidade do trabalho na organização social.

Nesse contexto, Habermans, Gorz e Offe<sup>4</sup>, por exemplo, entendem que as tendências estruturais da sociedade atual põem em xeque o trabalho como elemento fundante da sociabilidade humana, enquanto intercâmbio perene dos homens com a natureza, como substrato do homem. A essa problemática, vincula-se de certo modo o Grupo Krisis e seu manifesto. Assim, concordamos com Antunes ao referir-se ao principal expoente do grupo, *Kurz se insere no universo dos críticos da centralidade do trabalho no mundo contemporâneo* (1995:111). Da negação ontológica do trabalho enquanto protoforma da atividade humana, criador de valores de uso e ponto de partida para o reino da liberdade, parte, muitas vezes, a crítica à luta de classes e ao potencial

<sup>1</sup> Colaborador científico do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário (IMO-UECE/CUT), aluno do Programa de Pós-Graduação em Educação Mestrado-Doutorado da Universidade Federal do Ceará e membro do Núcleo Trabalho e Educação

<sup>2</sup> Robert Kurz tornou-se conhecido no Brasil com seu livro *O colapso da modernização. Da derrota do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Em uma conjuntura de ofensiva da ideologia burguesa de “fim da história” e da superioridade da economia de mercado, o seu livro reacendeu nos meios acadêmicos o debate sobre os limites do capital

<sup>3</sup> O conceito de Estado operário para caracterizar os países onde as burguesias nacionais e o imperialismo foram expropriados – ex-URSS, China, Cuba, Coréia do Norte, por exemplo, baseia-se no fato de que a propriedade estatal dos meios de produção e circulação, combinada com a supressão legal do direito de sua apropriação privada, o planejamento econômico centralizado e monopólio estatal do comércio exterior, implicam na ausência de produção generalizada de mercadorias e do domínio da lei do valor. Isto é, a economia já não é capitalista, pois não há mercado para grandes meios de produção nem para mão-de-obra, deixando a força de trabalho de ser mercadoria. A burocratização refere-se à expropriação política do proletariado pela burocracia, camada social materialmente privilegiada.

<sup>4</sup> Sobre este assunto conferir: HABERMANS, J. *Ciência e técnica como ideologia* (1987); GORZ, A. *Adeus ao proletariado. Para além do socialismo* (1987); OFFE, C. *Trabalho: a categoria chave da sociologia?* (1989)

anticapitalista e revolucionário do proletariado moderno, *classe que cria valores e que exatamente por isso tem a possibilidade de antagonizar-se frente ao capital, de rebelar-se* (idem: 112).

Em oposição a essa linha teórico-política, pretendemos afirmar neste artigo a validade do pensamento de Marx e da sua leitura por Lukács<sup>5</sup> na perspectiva de uma ontologia do ser social, segundo a qual, embora não seja possível reduzir todos os atos humanos a atos de trabalho, este é o pressuposto de toda e qualquer atividade humana, é, como já dissemos, sua protoforma.

## AS TESES DO MANIFESTO CONTRA O TRABALHO

O Grupo Krisis parte da tese de que *a sociedade dominada pelo trabalho não passa por uma simples crise passageira, mas alcançou seu limite absoluto* (1999:11), porque *a produção de riqueza desvincula-se cada vez mais, na seqüência da revolução microeletrônica, do uso da força de trabalho* (1999:11). Daí parte uma crítica radical à *sociedade centralizada na abstrata irracionalidade do trabalho* (1999:15) até ao trabalho como elemento definidor do homem: *a afirmação de que o trabalho seria uma necessidade eterna, imposta ao homem pela natureza, tornou-se, na crise da sociedade do trabalho, ridícula* (1999:24-25). O que se torna base para questionar a esquerda política<sup>6</sup>, a luta de classes e o papel histórico do movimento operário:

*A esquerda política sempre adorou entusiasticamente o trabalho. Ela não só elevou o trabalho à essência do homem, mas também mistificou o trabalho como pretenso anti-princípio do capital. O trabalho não era o escândalo, mas apenas sua exploração pelo capital. Por isso, o programa de todos de todos os "partidos dos trabalhadores" foi sempre "libertar o trabalho" e não "libertar*

*do trabalho". A oposição social entre capital e trabalho é apenas uma oposição de interesses diferenciados (é verdade que de poderes muito diferenciados) internamente ao fim em si mesmo capitalista. A luta de classes foi a forma de execução desses interesses antagônicos no seio do fundamento social comum do sistema produtor de mercadorias* (1999:31).

E, também, o papel histórico do movimento operário:

*O movimento clássico dos trabalhadores, que viveu a sua ascensão, somente muito tempo depois do declínio das antigas revoltas sociais, não lutou mais contra a impertinência do trabalho, mas desenvolveu uma verdadeira hiperidentificação com o aparentemente inevitável. Ele só visava a "direitos" e melhoramentos internos à sociedade do trabalho, cujas coerções já tinha amplamente interiorizado* (1999:47)

Pois há uma *identidade lógica de capital e trabalho enquanto categorias sociais funcionais de uma forma fetichista social comum* (1999:71). De fato, o texto procura convencer que o trabalho e o capital são duas faces da mesma moeda, que o trabalho é domínio patriarcal e atividade de menores, que o movimento dos trabalhadores sempre foi um movimento a favor do trabalho e que, portanto, necessita ser superado. O manifesto revela, também, um certo saudosismo romântico em relação às formações sociais pré-capitalistas:

*Nas antigas sociedades agrárias existiam as mais diversas formas de domínio e de relações de dependência pessoal, mas nenhuma ditadura do abstractum trabalho. As atividades na transformação da natureza e na relação social não eram subordinadas a um*

<sup>5</sup> Aqui se faz necessário um parêntesis sobre Lukács. É inegável sua orientação stalinista, inclusive em seu período teórico mais fecundo, por exemplo, em sua obra da maturidade, ao considerar que, *nos inícios, sobretudo na luta contra Trotsky, Stalin se apresenta como defensor da teoria lenineana* (1979: 33). Isso reflete sua trajetória política de defesa da tese do "socialismo em um só país"; do anúncio nas *Teses de Blum*, sete anos antes de Dimitrov da estratégia de frentes populares que comprometia a independência de classe do proletariado, e, de no processo de revolução política na Hungria, em 1956, optar pela "reforma democrática" do domínio da burocracia magiar. Lukács sempre foi membro do PC por opção, e apesar das perseguições, não teve o mesmo destino dos milhares de bolcheviques-leninistas, torturados, assassinados ou condenados a trabalhos forçados, como os militantes e simpatizantes das teses da Oposição de Esquerda, da Oposição Unificada e posteriormente do movimento trotskista, na URSS, após 1928, e nos demais Estados operários burocratizados. No entanto, Lukács, enquanto filósofo, trouxe contribuições ao materialismo dialético e histórico, principalmente no que relaciona-se ao resgate do marxismo enquanto ontologia, enquanto doutrina do ser em geral e do ser social em particular, elemento definidor do caráter materialista do marxismo, em oposição às leituras centradas apenas na teoria do conhecimento

<sup>6</sup> Termo genérico e ambíguo que congrega desde movimentos social-democratas até partidos revolucionários marxistas

*“gasto de força de trabalho” abstrato: ao contrário, integradas num conjunto de complexo mecanismo de normas prescritivas religiosas, tradições sociais e culturais com compromissos mútuos. Cada atividade tinha seu tempo particular e seu lugar particular, não existia uma forma de atividade abstrata e geral (1999: 27)*

E, concluindo, em uma formação social não mais assente na luta de classes a superação do trabalho torna-se antipolítica, pois *a finalidade da política só pode ser a conquista do aparelho de Estado para dar continuidade à sociedade do trabalho* (1999: 89). Ao invés da ação política,

*os inimigos do trabalho almejam a formação de uniões mundiais de indivíduos livremente associados, para que arranquem da máquina de trabalho e valorização que gira-em-falso os meios de produção e existência tomando-os em suas próprias mãos (1999: 78)*

Então,

*Em lugar da produção de mercadorias entra a discussão direta, o acordo e a decisão conjunta dos membros da sociedade sobre a utilização sensata dos recursos. A identidade institucional social entre produtores e consumidores, impensável sobre o ditado do fim em si mesmo capitalista, será construída. As instituições alienadas pelo mercado e o estado serão substituídas pelo sistema em rede de conselhos, nos quais as livres associações, da escala dos bairros até a mundial, determinam o fluxo de recursos conforme pontos de vista da razão sensível social e ecológica (1999: 79-80)*

## UMA CRÍTICA À CRÍTICA AO TRABALHO

As teses desenvolvidas pelo citado manifesto encontram-se embrionariamente, com todos seus limites e contradições, na obra de Kurz *O colapso da modernização*. Nela defende-se que a desestruturação econômica, social e política dos países do Leste Europeu não significou uma vitória do capitalismo, mas a expressão de uma crise específica que ataca os fundamentos do modo de produção capitalista. Pois, segundo Kurz,

*O “mercado planejado” do Leste, como já revela essa designação, não eliminou as categorias do mercado. Conseqüentemente aparecem no socialismo real todas as categorias fundamentais do capitalismo: salário, preço e lucro (ganho de empresa). E quanto ao princípio básico do trabalho abstrato, este não se limitou a adotá-lo, como também levou-o ao extremo (1993: 29)*

Retomando o conceito de fetichismo da mercadoria de Marx, Kurz faz uma revisão crítica dos contornos da crise do capital, do movimento operário, da luta de classe, das revoluções proletárias e, em particular, de uma

*ontologia errônea do trabalho, que não foi compreendido como elemento e parte integrante do sistema fetichista da mercadoria, mas sim de forma quase bíblica (isto é, “protestante”), como essência eterna da humanidade que apenas externamente foi violentamente modificada pelos sujeitos “exploradores”, os capitalistas (1999: 48)*

Revela-se aí, o fundamento da discórdia entre Kurz e seu agrupamento de “inimigos do trabalho” com qualquer tentativa alicerçada na Razão dialética, no humanismo e no historicismo concreto, com vistas à superação do capitalismo, por meio da revolução proletária, rumo a construção de uma sociedade sem classes. É o que procuraremos demonstrar.

Qual o fundamento da sociabilidade humana?

Tanto no referido texto de Kurz como no manifesto do Grupo Krisis, está ausente qualquer definição coerente de trabalho. Em um momento parecem identificar sua crítica ao trabalho abstrato, noutro ao trabalho concreto, produtor de valores de uso e fundamento da sociabilidade humana. De fato, partindo do trabalho sob o capitalismo, necessariamente estranhado, os “inimigos do trabalho” generalizam suas contradições para o núcleo ontológico do trabalho, enquanto pressuposto de qualquer atividade humana.

Mas, o que é realmente o trabalho? Qual sua relação com a sociabilidade humana? O trabalho é simplesmente esforço físico, como nos faz crer o senso comum? Um castigo como nos sugere a mitologia judaico-cristã? Ou será apenas sinônimo de tortura que aponta para um destino social infeliz como querem os “inimigos do trabalho”?

Para chegarmos a essencialidade do trabalho é necessária uma pequena reflexão ontológica, já que

*O conhecimento da realidade, o modo e a possibilidade de conhecer a realidade dependem, afinal, de uma concepção da realidade, explícita ou implícita. A questão: como se pode conhecer a realidade? é sempre precedida por uma questão mais fundamental: que é a realidade? (KOSIK, 1989:35)*

Até o aparecimento do ser social o cosmos desenvolveu-se por bilhões de anos, passando pela estruturação das estrelas e dos planetas, pela origem da vida e chegando aos primeiros seres considerados como hominídeos há aproximadamente sete milhões de anos<sup>7</sup>. Nesse processo revelam-se as diversas esferas do ser:

*a inorgânica, cuja essência é o incessante tornar-se outro mineral; a esfera biológica, cuja essência é o repor o mesmo da reprodução da vida; e o ser social, que se particulariza pela incessante produção do novo, através da transformação do mundo que o cerca de maneira conscientemente orientada, teleologicamente posta (LESSA, 1997b:16)*

Apesar de serem distintos, estes três momentos do ser são necessariamente articulados, um dependendo do outro para a própria constituição. Sem a esfera inorgânica seria impossível o desenvolvimento da biológica, e, sem esta, o ser social sequer existiria.

No entanto, é o estatuto ontológico de cada uma o que as distingue. Isso ocorrendo no momento de ruptura entre elas. Porém, nos interessa apenas a questão do trabalho, que separa o ser social das outras esferas do ser. O salto ontológico da esfera orgânica para a do ser social não pressupõe o desaparecimento da primeira, pois, para que os atos singulares teleologicamente postos possam ocorrer, é necessária a troca contínua e ineliminável do homem com a natureza, via trabalho.

*Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. De frente com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeças e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. (MARX, 1987 : 202)*

Assim, a transformação do mundo com a constante produção do novo, através de atos teleologicamente postos pelo ser social, diferencia-se tanto do repor o mesmo da reprodução da vida na esfera biológica, como do tornar-se outro do ser inorgânico. Em resumo, pode-se dizer que a espécie *Homo sapiens*, não se diferencia na e da natureza, apenas por suas propriedades biológicas (morfologia, fisiologia, carga genética, etc.), porém por propriedades sociohistóricas, que têm seu fundamento no trabalho. É aí, na práxis humana, entendida como transformação da realidade objetiva pelo homem social, o qual nesse processo transforma a si mesmo, que para Marx que reside a resposta para a indagação do que é o homem, seu surgimento e desenvolvimento. Isto é, o processo da *criação*, do ponto de vista do homem, é, pois, um processo de autocriação (SCHAFF, 1967:76)

A ruptura entre o ser meramente biológico e o ser social, entre, por exemplo, os primatas superiores e o homem, ocorre pela capacidade peculiar deste último de transformar o mundo que o cerca, através de atos conscientemente orientados, ou seja, o que distingue a ação da natureza e dos seres biológicos, de uma maneira geral, da natureza do homem é o trabalho.

O que diferencia, em última instância, o trabalho do homem da atividade dos outros animais é que aquele projeta na mente o resultado final do seu trabalho, imprimindo-lhe determinada finalidade. Podemos dizer, assim, que a categoria ontológica central, mas não a única, do trabalho é a teleologia que, à son

<sup>7</sup> Há, contudo, uma boa dose de concordância entre os pesquisadores sobre a forma geral da pré-história humana. Nela, quatro etapas-chave podem ser identificadas com toda confiança. A primeira foi a origem da família humana propriamente dita, há cerca de 7 milhões de anos, quando espécies semelhantes aos macacos com um modo de locomoção bípede, ou ereta, evoluíram. A segunda etapa foi a proliferação das espécies bípedes, um processo que os biólogos chamam irradiação adaptativa. Entre 7 e 2 milhões de anos atrás, muitas espécies diferentes de macacos bípedes evoluíram, cada uma adaptada a circunstâncias ecológicas ligeiramente diferentes. Em meio a esta proliferação de espécies humanas houve uma, entre 3 e 2 milhões de anos atrás, que desenvolveu um cérebro significativamente maior. A expansão em tamanho do cérebro marca a terceira etapa e sinaliza a origem do gênero *Homo*, o ramo da árvore humana que levou ao *Homo erectus* e finalmente ao *Homo sapiens*. A quarta etapa foi a origem dos humanos modernos – evolução de gente como nós, completamente equipada com linguagem, consciência, imaginação artística, e inovações tecnológicas jamais vistas antes em qualquer parte da natureza (LEAKEY, 1997:14)

tour, é um atributo próprio do ser social, limitada à práxis humana, pois, como afirma Marx,

*o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador (MARX, 1987:202)*

Assim, o trabalho é a protoforma da atividade humana. Tem acompanhado o homem desde os primórdios de sua existência, como atividade necessariamente útil, associada à produção dos seus meios de vida, à satisfação imediata de suas necessidades, como meio de garantir sua sobrevivência. O trabalho surge com a própria vida. O primeiro pressuposto de toda história humana é naturalmente a existência de indivíduos humanos vivos. Assim, o trabalho é o momento fundante da sociabilidade humana, embora nem todos os atos humanos possam ser redutíveis a atos de trabalho.

Nesse contexto, é preciso lembrar que a produção material e a finalidade que é impressa no ato do trabalho dependem, antes de qualquer coisa, da natureza dos meios de vida que o homem encontra e que tem de reproduzir. O homem, ao transformar a natureza,

*desenvolve as potências nela ocultas e subordina as forças da natureza ao seu próprio poder. [...] O homem que trabalha utiliza as propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas, a fim de fazê-las atuar como meios para poder exercer seu poder sobre outras coisas, de acordo com a sua finalidade (LUKÁCS *apud* ANTUNES, 1995:123).*

Estamos nos referindo à causalidade dada pela natureza, que o homem transforma em causalidade posta, por meio do trabalho, pois o trabalhador necessita da natureza para o exercício da criação.

A essência do trabalho é dada por essa articulação indissociável entre teleologia e causalidade.

*Somente o trabalho tem, com a sua essência ontológica, um claro caráter intermediário: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza [...] assinala a passagem, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social (LUKÁCS, 02)<sup>8</sup>*

Os “inimigos do trabalho” estão distantes dessa visão ontológica do trabalho como a terra do céu. Não trazem uma resposta coerente à reflexão sobre a substância da sociabilidade humana, mesmo quando procuram definir algo para caracterizar a relação do homem com a natureza e com os outros homens.

Trabalho não é, de modo algum, idêntico ao fato de que os homens transformam a natureza e se relacionam através de suas atividades. Enquanto houver homens, eles construirão casas, produzirão vestimentas, alimentos, tanto quanto outras coisas, criarão filhos, escreverão livros, discutirão, farão hortas, música etc. Isto é banal e se entende por si mesmo.

O viés positivista contido na expressão “se entende por si mesmo”, revela a fixação dos “inimigos do trabalho” no aspecto fenomênico da realidade. O conhecimento do real, pelo contrário, exige a superação das coisas evidentes por si mesmas, que se mostram aparentemente sem história e sem fundamento no mundo caótico dos contatos imediatos.

O homem, através do trabalho, humaniza a natureza e, também, a si próprio. A objetivação de suas forças genéricas, que se realiza em primeira instância por meio da atividade produtiva, só se torna efetivamente possível entrando o homem em relação com os demais. Portanto, a atividade produtiva, o eterno metabolismo entre o homem e a natureza, cria não só objetos, mas, também relações humanas, isto é, relações sociais historicamente determinadas.

É o caráter histórico das relações humanas que revela, sobre a substância positiva e essencial do trabalho que produz o homem como tal, a negatividade do estranhamento que nega o próprio homem, oriunda da divisão social do trabalho e da exploração de classe. Esse duplo aspecto do trabalho, como veremos a seguir, é totalmente ignorado pelos seus “inimigos”.

Capitalismo, trabalho alienado<sup>9</sup> e emancipação humana

O processo de autocriação do homem, fundamentado no trabalho, é contraditório. Historicamente envolve desenvolvimento e perda de si mesmo, crescimento e divisão. No capitalismo, tal dinâmica chega ao paroxismo, revelando cruamente o antagonismo entre a realidade do trabalho alienado e as infinitas possibilidades do eterno intercâmbio entre homem e natureza.

<sup>8</sup> *Ontologia do ser social. O Trabalho* – versão preliminar da tradução de Ivo Tonet, não publicada

<sup>9</sup> O conceito de alienação aqui trabalhado identifica-se com a categoria de estranhamento (*Entfremdung*) de Lukács, que são os obstáculos socialmente postos à plena explicitação da generalidade humana, isto é, uma ação que reproduz a desumanidade socialmente posta – ver LESSA, S. 1997a: 114

De um lado, o capitalismo ao superar a divisão feudal do trabalho, desagregando a divisão entre homens livres e servos da gleba, exigindo a transformação destes em trabalhadores assalariados, representou uma ampliação da liberdade humana, dissolvendo os laços que prendiam os indivíduos aos limites previamente definidos pela ordem feudal. O desenvolvimento da indústria conduziu a uma intensa socialização do trabalho. Em contraposição ao trabalho individual, artesanal e autárquico, a divisão capitalista do trabalho requereu uma cooperação tanto no interior da unidade produtiva como uma integração orgânica dos diversos ramos da produção. Esse processo crescente de socialização impulsionado pelo advento do capitalismo criou o mercado mundial e, conseqüentemente uma cultura universal, que possibilitou a compreensão da história e da realidade social sob o enfoque de uma humanidade unificada. Podemos dizer que o capitalismo revelou a humanidade enquanto totalidade concreta de complexos, alicerçados no trabalho e em suas objetivações, obedecendo a uma racionalidade legalmente determinada.

Por outro lado, a divisão capitalista do trabalho, centralizada na produção de mais-valia, favorece o desenvolvimento de habilidades parciais enquanto suprime possíveis capacidades. O conhecimento, a vontade e a inteligência do trabalhador são constantemente reprimidos, limitados e apropriados pelo capital e concentrados na tecnologia e na organização do trabalho. O processo de produção, que tem sua força motriz no trabalho, volta-se contra o trabalhador como algo estranho que o domina. O trabalhador aliena-se: 1) do produto de seu trabalho; 2) do ato de produção no processo de trabalho, onde aquele é visto como uma atividade alheia, que não lhe satisfaz por si mesma; 3) do seu ser genérico, já que o objeto do trabalho é a objetivação da vida da espécie humana; 4) dos outros homens.

A mercantilização da atividade produtiva provoca a ocultação da ação humana à sua própria consciência, o caráter criador do trabalho transforma-se na essência escondida e dissimulada de uma aparência inteiramente reificada. Assim, o conjunto das relações sociais mostra-se como relações entre coisas, aparentemente como realidades “naturais”, estranhas, e independentes da ação humana. O produto da práxis humana, da esfera produtiva à cultural, surge diante dos indivíduos, dilacerados pela divisão capitalista do trabalho, como algo inteiramente alheio. Rompe-se a unidade dialética entre

atividade criadora e vida social dos homens. A vida social e o cotidiano dos indivíduos convertem-se num objeto “coisificado”, estranho e inumano, incapaz de possuir uma subjetividade. A história não é mais produto da ação humana, passa a ser governada por deuses ou estruturas regidas por uma lógica indecifrável.

No entanto, se o trabalho, principalmente sob o capitalismo, afeta negativamente o homem ao mesmo tempo que o produz vitalmente, é porque ele possui uma dimensão mais profunda do que a simples produção de valores orientados pela lógica do capital. Em outras palavras, o trabalho não pode ser reduzido, como faz o Grupo Krisis, a uma visão distorcida de trabalho abstrato:

*Na esfera do trabalho não conta o que se faz, mas que se faça algo enquanto tal, pois o trabalho é justamente um fim em si mesmo, na medida em que é suporte da valorização do capital-dinheiro – aumento infinito de dinheiro por si só. Trabalho é a forma de atividade deste fim em si mesmo absurdo. Só por isso, e não por razões objetivas, todos os produtos são produzidos como mercadorias. Pois somente nesta forma eles representam o abstractum dinheiro cujo conteúdo é o abstractum trabalho (199: 28)*

Nessa perspectiva, a dimensão concreta do trabalho como fonte criadora de valores de uso socialmente necessários, isto é, enquanto atividade vital, desaparece totalmente. De fato, esta unilateralidade radical, em última instância, nega qualquer superação da lógica do capital, pois como diz Antunes:

*Aqui transparece uma vez mais a fragilidade maior dos críticos da sociedade do trabalho: a desconsideração da dimensão do trabalho concreto como fundamento (na medida em que se insere na esfera das necessidades) capaz de possibilitar a base material sobre a qual as demais esferas da atividade humana podem se desenvolver. Em verdade, essa concepção fundamenta-se no reconhecimento e na aceitação de que o trabalho, regido pela lógica do capital e das mercadorias, é inevitável, do que resulta que o trabalho humano não pode converter-se numa verdadeira auto-atividade (ANTUNES, 1995, 84)*

Daí a crítica, que beira o desprezo, dos “inimigos do trabalho” ao movimento operário até então.

Negando-se a reconhecer a dimensão concreta do trabalho, o fundamento ontológico da sociabilidade humana, que produz o homem dentro de determinadas condições históricas – mesmo alienado ou coisificado o homem continua um ser ativo que se autocria -, nega-se a possibilidade de emancipação como produto da ação coletiva dos homens e de uma classe em especial, o proletariado.

Para o Grupo Krisis o movimento operário não pode superar o capital porque foi constituído pelo próprio capital, sua afirmação conduz não à emancipação do capital senão para o capital, pois trabalho e capital são os dois lados da mesma moeda. Assim, anula-se o papel da luta de classes, das forças sociais na história, aliás acaba-se com própria história, enquanto produto da ação humana.

*Como tampouco era a classe trabalhadora, enquanto tal, a contradição antagonica ao capital e o sujeito da emancipação humana, tampouco também, por outro lado, os capitalistas e executivos dirigem a sociedade seguindo a maldade de uma vontade subjetiva de explorador* (1999: 33)

Utilizando-se de uma lógica pré-dialética, os “inimigos do trabalho” não percebem o movimento do real como transformação, como unidade dos contrários, como realidade que supera a si mesma, na dinâmica das tendências contraditórias que provocam o desenvolvimento do ser. Não aceitam – o que não é evidente por si mesmo - que por ser a classe operária a produtora de valores é, portanto, a única potencialmente capaz de antagonizar-se frente ao capital expropriando-o, destruindo o Estado burguês, instaurando a ditadura do proletariado e sendo, necessariamente, o sujeito de emancipação de toda forma de exploração do homem pelo homem. Por isso negam a esfera da política, da luta pelo poder como mediação necessária na ruptura do capitalismo rumo a uma sociedade sem classes.

Há, na verdade, uma tendência anti-humanista inerente ao conjunto do texto, consequência da eliminação forçada da subjetividade da história. Pois, se a possibilidade de superar o modo de produção capitalista não pode vir da ação do proletariado e demais explorados, de onde virá? Se o “deus-trabalho” e o “sistema produtor de mercadorias” tudo controlam e consomem, à exceção do Grupo Krisis e de seus simpatizantes, qual a função da ação dos trabalhadores e dos capitalistas na sociedade atual, senão meros epifenômenos de

## CONCLUSÕES INCONCLUSAS

Até aqui, procuramos discutir, sob uma leitura marxista, alguns pressupostos contidos na citada publicação. Há outros, no entanto, que o presente trabalho não comporta, envolvendo a história do movimento operário, o caráter dos países pós-revolucionários, o próprio marxismo enquanto expressão dos interesses históricos do proletariado, as características do capitalismo na atualidade, o programa político antiimperialista e anticapitalista, por exemplo, o que deixaremos para outra ocasião mais propícia.

No entanto, nos atrevemos a levantarmos, *en passant*, algumas considerações sobre a base social das teses dos “inimigos do trabalho”, que surge como produto de intelectuais distanciados dos embates concretos da luta de classes. Fruto da divisão entre trabalho manual e intelectual:

*Os intelectuais não são uma classe, mas uma categoria social; não se definem por seu lugar no processo de produção, mas por sua relação com as instâncias extra-econômicas da estrutura social; do mesmo modo que os burocratas e os militares se definem por sua relação com o político, os intelectuais situam-se por sua relação com a superestrutura ideológica* (LÖWY, 1998: 25)

Como produtores diretos da dimensão ideológica, afastada da produção, os intelectuais possuem certa autonomia em relação às classes sociais, caracterizada por certa instabilidade oriunda da pressão de diversos movimentos. Por seu distanciamento da produção material as ideologias e os valores, como o justo e injusto, bem e mal, belo e feio, etc., têm a maior importância e o mais decidido peso (idem: 30). Esse universo de valores qualitativos entra, espontaneamente, em conflito com o mundo regido pela lógica capitalista do valor de troca, ou seja, dos valores quantitativos. Um quadro, uma escultura, obra religiosa, um mandamento religioso, uma postura moral, tudo tende a ser quantificado, monetarizado pelo capitalismo.

*O intelectual tende a resistir a esta ameaça que visa constantemente transformar todo bem material ou cultural, todo sentimento, todo princípio moral, toda emoção estética em uma mercadoria, em uma “coisa” trazida ao mercado e vendida por seu justo preço* (idem: 30)

À medida em que resistem ao redemoinho de valorização do capital, os intelectuais podem se aproximar de um sentimento anticapitalista. No entanto, se não evoluem para a compreensão do processo histórico, de suas leis e de seus sujeitos, são conduzidos a um protesto romântico e inócuo contra o capitalismo.

Ao nosso ver, um exemplo ilustrativo disso são as teses fundamentais do Grupo Krisis. Apesar de expressarem uma certa "angústia" com a estrutura do capitalismo moderno, não conseguem romper com as categorias de uma racionalidade antidialética, com uma certa nostalgia de um passado pré-capitalista e com um tipo de aversão aristocrática à ação das massas anônimas. Ao eliminarem as forças sociais do processo histórico em função de um fetichismo e de um sistema produtor de mercadorias onipotentes, terminam por expressar a radical dicotomia entre trabalho manual e intelectual perpetrada pelo capitalismo. Assim, como a divisão social classista entre os que pensam e os que fazem, por uma série de mediações, conduziu a dilaceração do homem enquanto totalidade, entre um espírito (puro pensamento), que sobrevive ao próprio corpo (simples ação), a lógica sustentada pelos "inimigos do trabalho", ao mesmo tempo que elimina a atividade humana da história, concentra em um pequeno número de eleitos não corrompidos pelo sistema produtor de mercadorias, a compreensão e as possíveis soluções dos problemas da sociedade moderna.

No entanto, pensamos que existe outra alternativa mais sensata e produtiva. Retomar, em um nível superior, os momentos progressistas do pensamento burguês revolucionário, como fez o marxismo. Primeiro, o humanismo, a teoria segundo a qual o homem é um produto de sua própria atividade, de sua história coletiva, e não de deuses ou de estruturas eternas e fechadas. Segundo, o historicismo concreto, ou seja, a afirmação do caráter ontologicamente histórico da realidade, com a conseqüente defesa do progresso e do melhoramento da humanidade. Terceiro, a razão dialética, em seus dois momentos, o de uma racionalidade objetiva imanente ao desenvolvimento do ser, e aquela das categorias capazes de apreender subjetivamente essa racionalidade objetiva, categorias essas que superam tanto o saber imediato restrito ao mundo da aparência quanto à razão analítica e instrumental. Sob esta perspectiva, abandonada pela filosofia burguesa da decadência e retomada pelo proletariado em sua luta contra o capital, é possível compreender as contradições da atualidade:

*Uma análise humanista de nossa época coloca a nu a mutilação da práxis pela manipulação, a necessária irracionalidade de uma vida voltada para o consumo supérfluo e humanamente insensato. Uma visão concretamente historicista revela as possibilidades de mudança e transformação latentes, embora dissimuladas pelas aparências fetichizadas que se pretendem imutáveis. A dialética, finalmente, denuncia a contradição entre um mundo aparentemente organizado (com os meios de uma razão burocrática) e a irracionalidade objetiva do conjunto da sociedade, superando assim os limites de uma "razão" que se concentra nas regras, nos meios, enquanto abandona como incognoscível o conteúdo e a finalidade da vida (COUTINHO, 1972:60)*

Desse modo, concluímos que destacam-se na atualidade, por um lado uma crise de grandes proporções da sociedade existente, baseada no trabalho abstrato e alienado, envolvendo seu Estado e regime político, por outro a existência de uma classe produtora de valor e potencialmente revolucionária, que se choca contra os limites impostos pela reprodução do capital, em busca do trabalho enquanto atividade vital e de uma vida plena de sentido. Assim, ao redor do trabalho gravita a problemática da sociabilidade moderna, e o destino da humanidade ainda repousa nos ombros daqueles que, mesmo condenados a um trabalho alienado, constroem potencialmente um futuro melhor com o suor de suas próprias mãos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortês/ Unicamp, 1995.
- COUTINHO, N. C. *O estruturalismo e a miséria da razão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- GORZ, A. *Adeus ao proletariado. Para além do socialismo*. Tradução de Ângela Ramalho Vianna e Sérgio Goes de Paula. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- GRUPO KRISIS. *Manifesto contra o trabalho*. Tradução de Heinz Dieter Heidemann e Cláudio Duarte. São Paulo: Cadernos do LABUR, 1999.
- HABERMANS, J. *Ciência e técnica como ideologia*. Tradução de Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 1987.

- KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- LEAKEY, R. *A origem da espécie humana*. Tradução de Alexandre Tort. Rio de Janeiro: Rocco Ltda., 1997.
- LESSA, S. *Trabalho e ser social*. Maceió: EUFC/EDUFAL, 1997a .
- \_\_\_\_\_. *Ontologia de Lukács*. 2.ed. Maceió: EDUFAL, 1997 b.
- LÖWY, M. *A evolução política de Lukács: 1909-1919*. Tradução de Heloísa Helena A. Mello, Agostinho Ferreira Martins e Gildo Marçal Brandão. São Paulo: Cortez Editora Ltda., 1998.
- LUKÁCS, G. *Por uma ontologia do ser social. O trabalho* (versão preliminar da tradução de Ivo Tonet) - Maceió: UFAL, não publicado.
- MARX, K. *O capital* – crítica da economia política. Livro 1. V. I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.
- SCHAFF, A. *O marxismo e o indivíduo*. Tradução de Heidrun Mendes da Silva. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.